



**Poder Judiciário**

**Tribunal de Justiça de Pernambuco**

**GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640

Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

**PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL**

**RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0290134-2**

**AGRAVANTE: AMÉRICA VEÍCULOS LTDA**

**AGRAVADA: SÍLVIA REGINA DE MORAIS**

**RELATOR: DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**

**EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA CUMULADA COM PERDAS E DANOS. REJEIÇÃO LIMINAR DA IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. NÃO CABIMENTO. EXCESSO DE EXECUÇÃO CONFIGURADO. PLANILHA DE CÁLCULOS DA EXEQUENTE EM DESACORDO COM O ESTABELECIDO NA SENTENÇA. RECURSO PROVIDO.**

1. Ao analisar a impugnação ao cumprimento de sentença, verifica-se que, embora a executada/agravante não tenha feito constar o valor que entendia correto para a execução da Sentença, relacionou, em diversas oportunidades, o excesso de execução ao valor de R\$19.400,00, correspondente ao veículo Peugeot 206, o qual fora incluído pela exequente/agravada em sua planilha, quando do requerimento do Cumprimento de Sentença.

2. Nos termos do art. 743, III do CPC: "Há excesso de execução quando se processa de modo diferente do que foi determinado na sentença".

3. Apesar de a exequente/agravada, ter oposto Embargos Declaratórios, tanto em face da Sentença, como do Acórdão que negou seguimento à Apelação, não houve pronunciamento dos doutos julgadores, quanto à restituição do valor pago pelo veículo à exequente. Ao contrário, tanto o Juízo *a quo*, como o *ad quem* reconheceram a rescisão contratual, condicionando o pagamento dos danos materiais à entrega do veículo.

4. Ressalte-se que o dano material fora elencado pelo MM Juízo de piso, não se relacionando com a restituição do valor pago pelo veículo objeto da demanda.

**À unanimidade de votos, foi dado provimento ao Agravo de Instrumento interposto.**

### **ACÓRDÃO**

**ACORDAM** os Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, **dar provimento** ao Agravo de Instrumento, tudo de conformidade com os votos constantes das Notas Taquigráficas anexas e do Relatório que as integra.

Recife, 11 de Junho de 2013.

**Roberto da Silva Maia**  
Desembargador Relator



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**  
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

**PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL**

**RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0290134-2**

**AGRAVANTE: AMÉRICA VEÍCULOS LTDA**

**AGRAVADA: SÍLVIA REGINA DE MORAIS**

**RELATOR: DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**

**RELATÓRIO**

Trata-se de Recurso de Agravo de Instrumento interposto pela AMÉRICA VEÍCULOS LTDA, contra Decisão Interlocutória proferida pelo MM. Juízo da 9ª Vara Cível da Capital, o qual, nos autos da *Ação de Rescisão de Contrato de Compra e Venda cumulada com Perdas e Danos*, rejeitou liminarmente a impugnação ao cumprimento de sentença oferecida pela demandada/agravante, sob o fundamento de que esta, apesar de alegar excesso de execução, não indicou qual seria o valor correto do cumprimento de sentença.

Em seguida, o MM. Juiz determinou que a parte exequente devolvesse o veículo objeto do litígio, com o conseqüente ressarcimento do valor pago pela parte executada.

Compulsando os autos, observa-se que, antes de interpor o presente recurso de Agravo de Instrumento, a parte exequente/agravante opôs Embargos Declaratórios, alegando omissão na decisão supracitada, com relação à análise da parte, na qual questiona o cumprimento do que fora determinado na Sentença.

Em resposta, o douto Magistrado afirmou que, por meio de decisão anterior, complementou a Sentença em referência, determinado a rescisão contratual, diante da qual entende que a conseqüência lógica seria a devolução do veículo à executada e a devolução da importância paga pela exequente.

Inconformada, a executada/agravante interpôs o recurso em análise, aduzindo, em síntese, que na referida Sentença, o Juízo *a quo* condicionou apenas a indenização por danos materiais à entrega do veículo objeto do litígio pela parte autora, ora agravada, sem



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**  
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

fazer menção ao ressarcimento do valor anteriormente pago pelo bem, entendimento mantido pelo Tribunal *ad quem*, em grau de recurso de Apelação.

Em seguida, afirma que, ao requerer o Cumprimento da Sentença, a autora/ agravada, não poderia ter acrescentado valor, referente ao ressarcimento do veículo, uma vez que tal fato implica em excesso de execução, por estar além do que fora determinado pelo douto Magistrado.

Defende, ainda, que, ao contrário do que entendeu o Magistrado de Primeiro Grau, ficou claro em sua impugnação que o excesso de execução alegado era correspondente ao valor do veículo objeto do litígio, qual seja R\$ 19.460,00 (dezenove mil, quatrocentos e sessenta reais).

Requer, ao final, seja atribuído efeito suspensivo ao Cumprimento de Sentença e lhe seja dado provimento, devendo ser modificada a decisão recorrida, para reconhecer o excesso de execução perseguido.

Intimada para contrarrazões (fls. fls. 283/297), a agravada alega, em resumo, que, ao impugnar o cumprimento de sentença, a agravante não apresentou memorial de cálculos descrevendo os valores que acreditava devidos, conforme previsão do art. 475-L, § 2º do CPC; bem como que restou clara a obrigação da agravada de restituir o valor pago pelo automóvel objeto do litígio.

Por último, requer a condenação da agravante em litigância de má fé, uma vez que a sua pretensão afronta fato incontroverso, qual seja, a restituição do valor do bem à agravada e, em seguida, pugna pelo não provimento do agravo de instrumento.

É o que importa relatar.

Recife, 11 de *Março* de 2013.

  
**Roberto da Silva Maia**  
Desembargador Relator



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**  
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

**PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL**

**RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0290134-2**

**AGRAVANTE: AMÉRICA VEÍCULOS LTDA**

**AGRAVADA: SÍLVIA REGINA DE MORAIS**

**RELATOR: DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**

**VOTO**

Não vislumbro, no presente recurso de agravo de instrumento, vício que impeça seu conhecimento, ante o preenchimento dos requisitos constantes das normas processuais, encontrando-se, por consequência, regularmente instruído. Assim, passo à sua apreciação.

Observe-se que, por meio da decisão agravada, o douto Juiz *a quo*, rejeitou liminarmente a impugnação ao cumprimento de sentença oposta pela executada/agravante, tendo em vista a ausência de indicação do valor que entendia ser o correto, nos termos do art. 475-L do CPC, segundo o qual:

"Art. 475-L. Quando o executado alegar que o exeqüente, em excesso de execução, pleiteia quantia superior à resultante da sentença, cumprir-lhe-á declarar de imediato o valor que entende correto, sob pena de rejeição liminar dessa impugnação".

A executada/agravante, no entanto, considerou descabida tal rejeição, pois, segundo alega deixou claro em sua impugnação que o excesso de execução era referente ao valor correspondente ao preço pago pelo automóvel Peugeot 206, na quantia de R\$ 19.460,00 (dezenove mil, quatrocentos e sessenta reais).

Ao analisar a impugnação supramencionada, verifica-se que, embora a executada/agravante não tenha feito constar o valor que entendia correto para a execução da Sentença, relacionou, em diversas oportunidades, o excesso de execução ao valor de



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**  
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

R\$19.400,00, correspondente ao veículo Peugeot 206, o qual fora incluído pela exeqüente/agravada em sua planilha, quando do requerimento do Cumprimento de Sentença.

A título de exemplo, transcrevo o primeiro item do requerimento final da executada/agravante em sua impugnação:

“a) Seja reconhecido o excesso do cumprimento de sentença promovido pela AUTORA/IMPUGNADA ao requerer a restituição do valor pago pelo veículo Peugeot 207 (R\$ 19.460,00), vez que a devolução do mencionado valor não foi determinada na sentença, nem tampouco no acórdão proferido no presente caso”.

Entendo, portanto, que houve um equívoco do Magistrado ao indeferir liminarmente a impugnação, uma vez que restou claro o valor questionado pela executada/agravante, a título de excesso de execução.

Superada a primeira questão, cumpre averiguar se, de fato, houve o excesso de execução alegado pela empresa agravante.

Conforme relatado, alega a Agravante que a Exeqüente/Agravada não poderia ter incluído, na planilha de cálculos do requerimento de Cumprimento de Sentença o valor referente à compra do Peugeot 206, uma vez que o douto Juízo de Primeiro Grau jamais conferiu à Agravada a restituição de tal valor, tendo determinado apenas a indenização por danos materiais, correspondente ao valor despendido na compra de outro veículo (Fiat Pálio), aos gastos com táxi e com multa de trânsito.

Ao compulsar os autos, percebe-se que, apesar de a exeqüente/agravada, ter oposto Embargos Declaratórios, tanto em face da Sentença, como do Acórdão que negou seguimento à Apelação, não houve pronunciamento dos julgadores, quanto à restituição do valor pago pelo veículo. Ao contrário, tanto o Juízo *a quo*, como o *ad quem* reconheceram a rescisão contratual, condicionando o pagamento dos danos materiais à entrega do veículo.

Ressalte-se que, somente, em fase de Cumprimento de Sentença é que o MM. Juízo de Primeiro Grau pronunciou-se expressamente sobre a restituição da importância paga



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**  
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

pela exeqüente, quando afirmou, em resposta aos Embargos de Declaração opostos pela parte executada/agravante (fls. 335/336):

"(...) Resta evidente que, uma vez decretada a rescisão do contrato de compra e venda, a consequência lógica é o retorno das partes ao *status quo ante*, qual seja, a devolução do veículo à executada e a restituição do valor pago à exequente".

Ocorre que, ao analisar a decisão que modificou a parte dispositiva da Sentença (fl. 135), quanto à restituição do valor pago pelo Peugeot 206, o MM. Juízo de Primeiro Grau, reconhecendo a omissão na sentença proferida, pronunciou-se da seguinte forma:

"...tenho pelo **conhecimento do presente recurso**, para o fim de rescindir o contrato e condicionar o pagamento dos danos materiais à entrega do veículo objeto da demanda, mantendo-se a sentença nos demais termos..."

É válido salientar, ainda, que, na referida Sentença, o douto Magistrado elencou os fatores correspondentes aos danos materiais sofridos pela autora/agravada, não incluindo a restituição do valor pago pelo veículo Peugeot 206, objeto do contrato. Senão vejamos transcrição da parte dispositiva:

"Isto posto, e no mais que dos autos constam, julgo procedente o pedido inicial, para condenar a empresa Ré a pagar à Autora a importância de R\$ 15.802,57 (quinze mil, oitocentos e dois reais e cinquenta e sete centavos) correspondente aos danos materiais sofridos (serviço de táxi, aquisição de outro veículo e multa de trânsito) e, ainda, a quantia de R\$ 10.000, 00 (dez mil reais), a título de indenização por danos morais. Condeno ainda a Ré ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação".



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**  
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

Assim, resta claro, pelo exame dos autos que, apenas na fase de Cumprimento de Sentença é que o Douto Magistrado pronunciou-se expressamente sobre a restituição do valor pago à exeqüente, o que não é possível, nos termos do art. 463 do CPC.

Dessa forma, tem razão à agravante ao alegar excesso de execução, uma vez que, mesmo após a alteração da parte dispositiva da Sentença, por meio de Embargos Declaratórios, não fora determinada a restituição do valor pago pelo veículo.

Ao requerer o Cumprimento de Sentença, portanto, a agravante deixou de observar os termos do art. 743, III do CPC, segundo o qual:

“Art. 743. Há excesso de execução:

I - quando o credor pleiteia quantia superior à do título;

II - quando recai sobre coisa diversa daquela declarada no título;

**III - quando se processa de modo diferente do que foi determinado na sentença;**

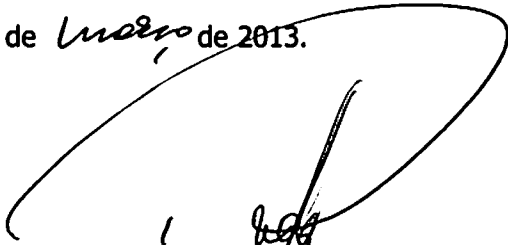
IV - quando o credor, sem cumprir a prestação que lhe corresponde, exige o adimplemento da do devedor (art. 582);

V - se o credor não provar que a condição se realizou”. (*Grifo nosso*).

Ante o exposto, meu voto é no sentido de dar provimento ao recurso de agravo de instrumento.

É como voto.

Recife, 13 de Maio de 2013.

  
**Roberto da Silva Maia**  
Desembargador Relator